



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PAUTA PREVISTA PARA:
25 A 29 DE NOVEMBRO DE 2019
(Sujeita a alterações)**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
Coordenação de Apoio ao Plenário
Telefones: (0xx61) 3216-1144 / 1145 / 1146**

**25/11/2019
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

COMEMORAÇÃO DO DIA DE CRISTO REI, E EM COMBATE À CRISTOFOBIA

**25/11/2019
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 11 HORAS)**

**COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER**

**25/11/2019
(SEGUNDA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**26/11/2019
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

HOMENAGEM AO DIA DO EVANGÉLICO

**26/11/2019
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 11 HORAS)**

COMEMORAÇÃO AOS TRINTA ANOS DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP)

**26/11/2019
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 13 HORAS E 55 MINUTOS)**

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

- I. **Requerimento nº 1.912/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 10.454, de 2018**, do Senado Federal, que **institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba. (T 62 e T 64)**
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- II. **Requerimento nº 2.638/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 8.254 de 2014**, do Senado Federal, que **concede pensão especial aos ex-integrantes do “Batalhão Suez”. (T 62 e T 64)**
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- III. **Requerimento nº 2.751/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.047, de 2019**, da Sra. Daniela do Waguinho, que **institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a ser realizada anualmente na semana que inclui o dia 13 de março. (T 62 e T 64)**
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- IV. **Requerimento nº 2.752/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 7.354, de 2017**, do Senado Federal, que **altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para garantir a realização de ultrassonografia mamária. (T 62 e T 64)**
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- V. **Requerimento nº 2.939/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1.615, de 2019**, do Senado Federal, que **classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. (T 62 e T 64)**
MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO
- VI. **Recurso nº 334/18**, do Sr. Arnaldo Faria de Sá e outros, que recorre contra apreciação conclusiva pelas comissões ao **Projeto de Lei nº 6.088, de 2016**, do Poder Executivo, que **altera a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para permitir que planos de benefícios estaduais, distritais e municipais possam ser administrados pela Funpresp-Exe, e a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para tratar sobre a emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.**

URGÊNCIA

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

Discussão

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 2019 (DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 890, de 2019, que **institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde**; tendo parecer da Comissão Mista; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta, das Emendas de nºs 1, 2, 4, 18, 44, 46, 52, 65, 67, 80, 111, 140, 143, 163, 167, 180, 184, 200, 209, 216, 221, 235, 239, 253, 257, 269, 282, 289, 293, 322, 325, 332, 343, 351, 360 e 363; pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 5, 6, 12, 13, 22, 23, 34 a 36, 38, 41, 42, 47 a 49, 63, 64, 66, 79, 84, 95, 99, 104, 106, 108, 127, 129, 134, 138, 139, 154, 158, 160, 168, 173, 175, 177, 185, 190, 192, 201, 203, 205, 212, 214, 222, 227, 229, 232, 240, 245, 248, 250, 258, 263, 265, 270, 276, 278, 285, 286, 294, 299, 301, 307, 312, 313, 320, 321, 328, 334, 335, 339, 347, 350, 352, 356, 357, 364 e 366, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2019; e pela rejeição das Emendas de nºs 7 a 11, 14 a 17, 19 a 21, 24 a 33, 37, 39, 40, 43, 45, 50, 51, 53 a 62, 68 a 78, 81 a 83, 85 a 94, 96 a 98, 100, 102, 103, 105, 107, 109, 110, 112 a 126, 128, 130 a 133, 135 a 137, 141, 142, 144 a 153, 155 a 157, 159, 161, 162, 164 a 166, 169 a 172, 174, 176, 178, 179, 181 a 183, 186 a 189, 191, 193 a 199, 202, 204, 206 a 208, 210, 211, 213, 215, 217 a 220, 223 a 226, 228, 230, 231, 233, 234, 236 a 238, 241 a 244, 246, 247, 249, 251, 252, 254 a 256, 259 a 262, 264, 266 a 268, 271 a 275, 277, 279 a 281, 283, 284, 287, 288, 290 a 292, 295 a 298, 300, 302 a 306, 308 a 311, 314 a 319, 323, 324, 326, 327, 329 a 331, 333, 336 a 338, 340 a 342, 344 a 346, 348, 349, 353 a 355, 358, 359, 361, 362 e 365 (Relator: Sen. Confúcio Moura). As Emendas de nºs 9, 98 e 242 foram aprovadas mediante requerimento de destaque e passaram a integrar o Projeto de Lei de Conversão. A Emenda nº 101 foi retirada pelo autor.

PRAZO NA CÂMARA: 28/08/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 15/09/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 29/09/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 28/11/2019

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 891, DE 2019 (DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 891, de 2019, que **altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade**; tendo parecer da Comissão Mista pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito pela aprovação desta e da

Emenda nº 8, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2019; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 7 e 9 a 20 (Relator: Dep. Fernando Rodolfo).

PRAZO NA CÂMARA: 02/09/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 20/09/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 04/10/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 03/12/2019

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 893, de 2019, que **transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras na Unidade de Inteligência Financeira**; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 2, 5 e 35; pela aprovação parcial das Emendas de nºs 1, 3, 7, 9, 10, 13 a 15, 17, 19, 20, 22 a 25, 27 a 31, 37, 38, 41, 44 a 50, 52 a 54, 58 a 62, 65, 66 e 70, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2019; e pela rejeição das Emendas de nºs 4, 6, 8, 11, 12, 16, 18, 21, 26, 32 a 34, 36, 39, 40, 42, 43, 51, 55 a 57, 63, 64 e 67 a 69 (Relator: Dep. Reinhold Stephanes Junior).

PRAZO NA CÂMARA: 16/09/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 04/10/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 18/10/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 17/12/2019

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 2019

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 894, de 2019, que **institui pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada**; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta, acolhida a Emenda nº 128 e acolhidas parcialmente as Emendas de nºs 24, 35, 73 e 127, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2019; e, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 23, 25 a 34, 36 a 72, 74 a 126 e 129 a 144 (Relator: Sen. Izalci Lucas).

PRAZO NA CÂMARA: 02/10/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 20/10/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 03/11/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 12/02/2020

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 155 do Regimento Interno)

Votação

5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 461-A, DE 2017
(DO SENADO FEDERAL)

Votação em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 461-A, de 2017, que **dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003**, tendo parecer proferido em Plenário pela Comissão Especial, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste e do de nº 485/18, apensado, na forma do Substitutivo apresentado (Relator: Dep. Herculano Passos). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensado o PLP nº 485/18.

APROVADO O RQU Nº 8.633/18, EM 23/05/18.

Discussão

6

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 459-B, DE 2017
(DO SENADO FEDERAL)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 459-B, de 2017, que altera a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), **para prevenir o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados**; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emendas (Relator: Dep. André Figueiredo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das emendas da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. André Figueiredo); e tendo parecer reformulado proferido em Plenário: da Comissão de Finanças e Tributação, não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Alexandre Leite); e da pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Alexandre Leite). **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 9.249/18, EM 20/11/18.

7

PROJETO DE LEI N.º 6.969-B, DE 2013
(DO SRS. SARNEY FILHO E ALESSANDRO MOLON)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.969-B, de 2013, que **institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar)** e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela rejeição (Relator: Dep. Alexandre Baldy); e da Comissão de

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Alessandro Molon). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 8.795/18, EM 06/06/18.

8

PROJETO DE LEI Nº 7.223-B, DE 2006
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.223-B, de 2006, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, e a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, **para criar o regime penitenciário de segurança máxima;** tendo parecer da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, dos de nºs 7.035/06, 141/07, 605/07, 1.054/07, 1.993/07, 2.372/07, 2.568/07, 6.123/09, 592/11, 2.482/11, 4.513/12, 5.183/13, 5.437/13, 1.781/15, 2.688/15, 6.177/16, 909/07, 457/07, 973/07, 4.563/08, 6.337/09, 7.878/10, 775/15, 4.491/16, 7.297/17, 5.926/16, 5.319/13, 1.300/15, 5.019/16, 6.110/16, 2.689/15, 4.656/16, 1.281/15, 1.845/15, 3.019/15, 3.663/15, 6.815/17, 4.432/16, 5.062/16, e 5.936/16, apensados, com substitutivo (Relator: Dep. Subtenente Gonzaga). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (62) os PLs nºs 7.035/06, 141/07, 457/07, 605/07, 909/07, 973/07, 1.054/07, 1.993/07, 2.372/07, 2.568/07, 4.563/08, 6.123/09, 6.337/09, 7.878/10, 592/11, 2.482/11, 4.513/12, 5.183/13, 5.319/13, 5.437/13, 775/15, 1.281/15, 1.300/15, 1.781/15, 1.845/15, 2.688/15, 2.689/15, 3.663/15, 4.432/16, 4.491/16, 4.656/16, 5.019/16, 5.936/16, 6.110/16, 6.177/16, 6.815/17, 7.297/17, 9.047/17, 9.101/17, 9.461/17, 9.546/18, 10.741/18, 10.743/18, 10.905/18, 10.936/18, 5/19, 521/19, 1.002/19, 1.053/19, 1.474/19, 1.677/19, 1.871/19, 2.174/19, 2.227/19, 2.995/19, 3.702/19, 3.779/19, 3.927/19, 4.332/19, 4.745/19, 5.511/19 e 5.685/19.

APROVADO O RQU Nº 7.635/17, EM 27/11/18.

9

PROJETO DE LEI Nº 550, DE 2019
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 550, de 2019, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010 (**Lei de Segurança de Barragens**), para reforçar a efetividade da **Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)**; a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para **dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB**; a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para **instituir o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) em caso de suspensão da produção devido a acidente ou rompimento de barragem**; a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para **classificar como hediondo o crime de poluição ambiental com resultado morte**; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para **tipificar o crime de poluição com resultado morte e determinar que, em situação de acidente, a multa por infração ambiental seja revertida à região afetada**; a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989 (Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente), para **incluir, entre as aplicações financeiras prioritárias, a recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais**; e a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Lei da Defesa Civil), para **determinar ao Sinpdec a manutenção de canal de comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens**. Pendente de parecer da Comissão Especial. **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (14) os PLs nºs 1.486/07, 6.091/13, 29/15, 3.598/15, 3.976/15, 5.695/16, 516/19, 968/19, 1.130/19, 1.770/19, 2.495/19, 2.789/19, 2.915/19 e 4.299/19.

APROVADO O RQU Nº 1.572/19, EM 05/06/19, APRESENTADO AO PL 2.789/19, APENSADO.

10

PROJETO DE LEI Nº 1.685-B, DE 2011
(DO SR. EROS BIONDINI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.685-B, de 2011, que **autoriza transferência, a título de contribuição de capital, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs, em atenção ao disposto no §6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**; tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (Relator: Dep. Junji Abe); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Celso Sabino). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 2.070/19, EM 10/09/19.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

11

PROJETO DE LEI Nº 3.443, DE 2019
(DO SR. TIAGO MITRAUD E OUTROS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.443, de 2019, que **dispõe sobre a Prestação Digital dos Serviços Públicos na Administração Pública - Governo Digital**. Pendente de parecer das Comissões de: Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 4.797/19.

APROVADO O RQU Nº 2.568/19, EM 16/10/19.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

12

PROJETO DE LEI Nº 5.385, DE 2019
(DO SR. PAULO GANIME)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.385, de 2019, que **altera o art. 311 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre adulteração de sinal identificador de veículo**. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 2.639/19, EM 16/10/19.

13

PROJETO DE LEI Nº 6.229-A, DE 2005
(DO SR. MEDEIROS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.229-A, de 2005, que **altera o § 7º do art. 6º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para submeter todos os créditos tributários à recuperação judicial**. Pendente de parecer da Comissão Especial. **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (31) os PLs nºs 7.604/06, 4.130/08, 4.359/08, 4.586/09, 5.089/09, 5.704/09, 6.367/09, 7.976/14, 140/15, 2.212/15, 3.110/15, 4.593/16, 5.781/16, 6.150/16, 6.862/17, 7.044/17, 7.209/17, 8.252/17, 8.924/17, 9.722/18, 10.220/18, 10.858/18, 10.859/18, 11.000/18, 3.164/19, 4.270/19, 5.631/19, 5.760/19, 5.823/19, 5.839/19 e 5.916/19.

APROVADO O RQU Nº 2.763/19, EM 30/10/19.

14

PROJETO DE LEI Nº 4.348-A, DE 2019
(DO Sr. SILAS CÂMARA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.348-A, de 2019, que **altera a Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, no seu Art. 40-A**; tendo parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (Relatora: Dep. Silvia Cristina). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(Regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal). (T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 2.164/19, EM 30/10/19.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

15

PROJETO DE LEI Nº 4.805-A, DE 2019
(DO SR. MARCOS PEREIRA E OUTROS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.805-A, de 2019, que **altera a Lei n. 8.248, de 23 de outubro de 1991, e dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação para estabelecer o tratamento tributário aplicável às empresas desse setor e dá outras providências**; tendo parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação deste e do de nº 4944/19, apensado, com substitutivo, e pela rejeição da emenda apresentada (Relator: Dep. André Figueiredo). Pendente parecer das Comissões de: Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensado o PL nº 4.944/19.

APROVADO O RQU Nº 2.759/19, EM 30/10/19.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

16

PROJETO DE LEI Nº 10.940, DE 2018
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 10.940, de 2018, que **altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, para definir os títulos e os documentos de dívida suscetíveis de protesto; e revoga dispositivo da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.** **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 1.442/19, EM 06/11/19.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

17

PROJETO DE LEI Nº 3.444, DE 2019
(DO SR. TIAGO MITRAUD E OUTROS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.444, de 2019, que **Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para permitir a alienação do controle acionário em casos de fraude à licitação.** Pendente de parecer das Comissões de: Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (2) os PLs nºs 4.777/19 e 4.798/19

APROVADO O RQU Nº 2.569/19, EM 06/11/19.

18

PROJETO DE LEI Nº 5.082, DE 2016
(DO SR. ELMAR NASCIMENTO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.082, de 2016, que **cria a via societária, e estabelece procedimentos de governança e de natureza tributárias, para**

modernização do futebol, e dá outras providências. Pendente parecer da Comissão Especial. **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensado (1) o PL nº 2.758/19.

APROVADO O RQU Nº 2.964/19, EM 19/11/19.

19

PROJETO DE LEI Nº 4.067-B, DE 2015
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.067-B, de 2015, que **institui Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Universidades Estrangeiras (Revalida)**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação, com emendas (Relator: Dep. Hiran Gonçalves); e da Comissão de Educação, pela aprovação deste e da Emenda de nº 1 da Comissão de Seguridade Social e Família, com emenda, e pela rejeição da Emenda de nº 2 da Comissão de Seguridade Social e Família (Relator: Dep. Lelo Coimbra). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensado (1) os PL nº 6.075/19.

APROVADO O RQU Nº 1.844/19, EM 20/11/19.

URGÊNCIA

(Art. 154 do Regimento Interno)

Discussão

20

PROJETO DE LEI N.º 7.843-C, DE 2017
(DO SR. ALESSANDRO MOLON)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.843-C, de 2017, que **institui regras e instrumentos para a eficiência pública**; tendo parecer: da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação, com emendas (Relator: Dep. Arolde De Oliveira); da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e das emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo (Relator: Dep. André Figueiredo); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária deste, das Emendas nºs 1 a 5, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (Relator: Dep. Felipe Rigoni). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 7.844/17, EM 16/10/19.

MATÉRIA A SER DELIBERADA APÓS SUPERADO O SOBRESTAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 657-A, DE 2019
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 657-A, de 2019, que **aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Novo Banco de Desenvolvimento relativo à Sede do Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento na República Federativa do Brasil, celebrado em Joanesburgo,**

República da África do Sul, em 26 de julho de 2018; tendo parecer da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação (Relator, Dep. Sergio Souza); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Felipe Francischini). **(NT 62 e NT 64)**

22

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.158-A, DE 2018
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº1.158-A, de 2018, que **aprova o texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, em 29 de junho de 2015, juntamente com a documentação complementar ao texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), celebrado em Pequim, República Popular da China, em 29 de junho de 2015;** tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Rubens Bueno). Pendente de parecer das Comissões de: Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Finanças e Tributação. **(NT 62 e NT 64)**
Avocado nos termos do art. 52, § 6, do RICD.

**26/11/2019
(TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL
NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(ÀS 14 HORAS)**

DESTINADA À DELIBERAÇÃO DOS VETOS NºS 34 A 44 DE 2019

**27/11/2019
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

**HOMENAGEM AOS 74 ANOS DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE
BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC**

**27/11/2019
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL
NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(ÀS 10 HORAS)**

**DESTINADA À DELIBERAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO
NACIONAL NºS 48, 46, 42, 50, 25, 26, 35, 37, 44, 47, 33, 24, 28, 29, 30, 31, 32,
34, 36, 39, 40, 43, 10 E 15 DE 2019**

**27/11/2019
(QUARTA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(APÓS A SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

**28/11/2019
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

ORDEM DO DIA

PROPOSIÇÕES REMANESCENTES DO DIA ANTERIOR

**28/11/2019
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS E 5 MINUTOS)**

**HOMENAGEM AO MOVIMENTO “REDE PELO BEM” E ÀS INSTITUIÇÕES
QUE ATUAM EM NÍVEL NACIONAL COM PROJETOS E AÇÕES NA DEFESA
DA VIDA, DA FAMÍLIA E DA JUSTIÇA**

**28/11/2019
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 11 HORAS)**

HOMENAGEM AOS CEM ANOS DA PEDAGOGIA WALDORF

**28/11/2019
(QUINTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 14 HORAS)**

**29/11/2019
(SEXTA-FEIRA)**

**SESSÃO DE DEBATES
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 9 HORAS)**

**29/11/2019
(SEXTA-FEIRA)**

**SESSÃO SOLENE
(NÃO DELIBERATIVA)
(ÀS 15 HORAS)**

**HOMENAGEM AOS VINTE ANOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL COLETIVOS DE
EMPRESÁRIOS E EMPREENDEDORES AFRO-BRASILEIROS – ANCEABRA**
